



**ATA DA REUNIÃO DE
DOZE DE NOVEMBRO DE 2019**

-----No dia doze de novembro do ano de dois mil e dezanove, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Góis, sob a presidência da senhora Dr.^a Maria de Lurdes de Oliveira Castanheira, na qualidade de Presidente do Município, comparecendo os Vereadores que compõem o Executivo Camarário: Dr. Mário Barata Garcia, Dr. José Alberto Domingos Rodrigues, Maria Helena Antunes Barata Moniz e António Rui de Sousa Godinho Sampaio.-----

-----A Reunião foi secretariada pela Técnica Superior Liliana Maria Rosa Pinto.---

-----Depois dos presentes terem ocupado os seus lugares, a senhora Presidente declarou aberta a reunião pelas dez horas, dando início à ordem de trabalhos.---

1 – ANTES DA ORDEM DO DIA-----

1.2 – INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE-----

1.3 – INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES-----

2 – PÚBLICO-----

3 – ORDEM DO DIA-----

3.1 – PALAVRA RENOVADA – ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL/RENOVAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO-----

3.2 – APIN/ACORDO DE CEDÊNCIA DE INTERESSE PÚBLICO-----

3.3 – OBRAS PARTICULARES/JOSÉ CARLOS NEVES BARATA-----

3.4 – OBRAS PARTICULARES/FERROS JOSÉ ANTUNES UNIPessoal, LDA-----

3.5 – OBRAS PARTICULARES/ADELINO MATIAS DA FONSECA-----

3.6 – OBRAS PARTICULARES/DULCE MARGARIDA SANTOS-----

3.7 – DÍVIDAS DE TERCEIROS/PAGAMENTO A PRESTAÇÕES/PROPOSTA-----

3.8 – 15ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO/ANO 2019-----

3.9 – 16ª ALTERAÇÃO ÀS GOP/ANO 2019-----

3.10 – PARQUE MUNICIPAL/REVISÃO DE PREÇOS-----

3.11 – MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES-----

3.12 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA-----

4 – APROVAÇÕES EM MINUTA-----

1 – ANTES DA ORDEM DO DIA-----

1.1 – FALTAS – Não houve. -----

1.2 – INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE – A senhora Presidente iniciou a sua intervenção referindo que na Ordem do Dia da presente reunião não consta a Aprovação da Ata Anterior. Referiu que, tal facto, se deve a imponderáveis de ordem externa, particularmente ao nível de falhas de energia elétrica, durante a passada semana devido à remoção do antigo PT, sito na R. de Santo António. Acresce ainda que, devido à dimensão e complexidade de alguns assuntos que constavam na Ordem de Trabalhos, que originaram ampla discussão, também se verificou dificuldade para concluir a Ata.-----

-----Referiu que na última reunião do Executivo informou que no âmbito do Fundo Norueguês estava prevista a assinatura do Protocolo para o dia 15.11.19., contando o ato com a presença do senhor Ministro e, eventualmente, do senhor Primeiro Ministro. Referiu que, no dia de ontem, foi rececionada uma comunicação informando que a data de celebração do Protocolo foi alterada para o dia 06.12.19.-----

-----De seguida, endereçou um forte abraço ao jovem Goicense Diogo Ventura para que tenha um bom resultado na prova International Six Days Enduro 2019 (ISDE), que se encontra a decorrer em Portimão.-----

-----Renovou as suas felicitações ao Conselho Regional da Casa do Concelho de Góis pelo sucesso do V Jantar Solidário, iniciativa cuja receita reverteu para a FILVAR.-----

-----Prevaleceu-se da oportunidade para dirigir o seu agradecimento a todas as Instituições que colaboraram na Feira dos Santos, do Mel e da Castanha particularmente aos trabalhadores da Câmara Municipal e aos munícipes que cederam algum material para apetrechamento do certame, bem como a todos que se associaram a este momento. Referiu que pelas condições atmosféricas que se fizeram sentir parte do programa deste evento foi cancelado, sendo que se tivessem reunidas condições atmosféricas favoráveis era intenção da Câmara Municipal prolongar este certame durante todo o fim de semana. Porém, apesar

do tempo que se fez sentir pelo feedback que tem de alguns comerciantes é que obtiveram um resultado positivo.-----

-----Referiu que o Município de Góis, pelo quarto ano consecutivo, foi distinguido pelo Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis (OAFR) como uma das Mais Familiarmente Responsáveis por adotar políticas efetivas de apoio às famílias. A distinção atribuída a 76 dos 141 Municípios candidatos, pretende reconhecer a capacidade de intervenção das autarquias, incentivando a continuidade das políticas de apoio às famílias e promovendo a adoção de novas medidas. Os parâmetros tidos em conta pelo Observatório, criado em 2008 pela Associação Portuguesa de Famílias Numerosas, para atribuição dos galardões, baseiam-se numa análise a várias áreas de atuação, tais como: apoio à maternidade e paternidade; apoio às famílias com necessidades especiais; serviços básicos; educação e formação; habitação e urbanismo; transportes; saúde; cultura, desporto, lazer e tempo livre; cooperação, relações institucionais e participação social; boas práticas para com os funcionários na conciliação da vida profissional e familiar, entre outras iniciativas. O Município de Góis irá ser galardoado, juntamente com 58 municípios, com a “bandeira palma”, distinção destinada aos municípios que recebem o prémio por três ou mais anos consecutivos, numa cerimónia a ter lugar no próximo dia 27 de novembro, em Coimbra, como reconhecimento do trabalho desenvolvido ao nível das políticas promotoras da qualidade de vida dos agregados familiares do concelho.-----

-----Terminou, propondo ao Executivo a atribuição de um Voto de Pesar pelo falecimento do senhor Dr. Pedro Adriano de Matos, marido da senhora Dr.^a Lisete de Matos.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e aprovou, por unanimidade, o Voto de Pesar, manifestando total solidariedade e profundo pesar à família pela sua irreparável perda.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

1.3 – INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES – Interveio o senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues questionando sobre o ponto de situação da revisão do PDM (Plano Diretor Municipal), bem como o que se perspetiva para o futuro com este documento. Referiu que um outro assunto é sobre a entrega da listagem relativa aos processos de obras particulares, reiterando pela terceira vez a entrega da mesma. Referiu que os Vereadores do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis desejam efetivamente ter esse documento porquanto alguns munícipes os questionam sobre a morosidade em ter resposta sobre os seus processos de obras. Referiu que em sede do Executivo também esta questão já foi colocada por alguns munícipes, bem como pelas empresas responsáveis por alguns projetos particulares. Referiu que efetivamente são presentes em sede do Executivo alguns processos para deliberação, porém existem outros em que a análise pelos serviços se prolonga no tempo não havendo qualquer comunicação para o efeito ao requerente. Referiu que os Vereadores têm direito a uma informação cabal e adequada para que possam transmitir com clareza sobre o assunto em causa. Referiu, acrescer que face à existência do sistema de controlo interno é fácil verificar que os documentos não são entregues a pedido dos Vereadores e, portanto, este incumprimento permanece. Reafirmou que se trata de um dever de informação, tendo os Vereadores direito à mesma, tendo passado um período de tempo razoável para facultar os dados solicitados não se compreendendo a demora na sua entrega. Face ao exposto, referiu que se a listagem solicitada não for entregue na presente reunião terá de recorrer a entidades externas à Câmara Municipal para solicitarem a sua entrega, facto que não desejava consumir. -----Interveio a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz fazendo alusão ao estado de degradação em que se encontra o piso no arruamento Portela-Vila Nova do Ceira, particularmente junto ao aglomerado de habitações, fruto da intervenção realizada aquando abertura de uma vala para colocação de tubagem de água, sendo que devido ao tempo que se faz sentir o mesmo tem de ser objeto de intervenção para que a circulação de viaturas de faça em segurança.

Ainda neste circuito, referiu que no troço entre Portela e Caselhos aquando numa zona que vagou, num dos lados de uma das faixas, foi colocada sinalética de indicação de perigo, pelo que face às condições atmosféricas a mesma foi danificada devendo ser novamente reposta no sentido de quem circula na via poder ter conhecimento desta situação.-----

-----No âmbito da empreitada de requalificação da Praça da República e ruas envolventes referiu que o parque de estacionamento existente da parte de trás do edifício onde funciona a C.G.D. foi requalificado. Porém, na sua ótica, urge colocar alguma sinalética para diferenciar o passeio do piso, uma vez que não existe qualquer desnível, sendo prática as viaturas estacionarem em cima deste o que dificulta a entrada para os serviços que ali funcionam. Ainda sobre esta empreitada, referiu que foi colocado um parquímetro na Praça da República, junto ao estacionamento, não estando o mesmo ainda em funcionamento, pelo que questionou o porquê da inatividade deste equipamento.-----

-----No âmbito dos incêndios do ano de 2017 referiu que a Câmara Municipal criou uma conta solidária de forma a que quem desejasse contribuir com um donativo monetário este fosse colocado na mesma para que numa oportunidade pudesse ser utilizado na compra de bens às vítimas dos incêndios. Neste sentido, e tendo em conta que as primeiras habitações já foram entregues questionou se já foi utilizado algum montante na aquisição de bens.-----

-----No âmbito da deslocalização do Posto de Turismo do antigo espaço físico, Largo do Pombal, para o edifício propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Góis apraz-lhe mencionar que essa localização não é a mais adequada, porquanto o serviço não se encontra devidamente identificado o que faz com que quem nos visite questione onde é que este funciona. Neste sentido, referiu ser sua opinião que o serviço deveria voltar a funcionar no antigo espaço físico até por ser um local mais central.-----

-----Interveio o senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio, referindo que na última reunião da Câmara Municipal, a senhora Presidente informou que no dia 30.10.19 iria realizar-se a Assembleia Geral da APIN, pelo

que questionou sobre os assuntos discutidos na mesma. Referiu que também na referida reunião do Executivo o senhor Vereador Mário Barata Garcia fez alusão à impossibilidade de a empresa responsável pela empreitada de colocação das guardas de segurança cumprir com o prazo estabelecido por falta de material no mercado, pelo que iria ser transmitido à CCDRC este assunto, questionando sobre as diligências que foram oficialmente tomadas.-----

-----Um outro assunto objeto de intervenção por parte do público na referida reunião, foi sobre a rede de expressos que deixou de efetuar paragem na Portela do Torgal, freguesia de Alvares, pelo que questionou se foram tomados os devidos procedimentos junto da empresa para que o serviço seja repostos.-----

-----Um outro assunto que tem sido objeto de sua intervenção é a falta de sinalética, tanto horizontal, como vertical, na EN2 no circuito Vila Nova do Ceira-Vila Nova de Poiares, reiterando a dificuldade em circular nesta via durante o período noturno nesta época do ano, não permitindo o atual estado da mesma uma circulação em segurança, realçando ser urgente que esta via seja intervencionada a esse nível. Ainda sobre vias de comunicação referiu ter falado em sede do Executivo da necessidade de colocação na EN342 de bandas de redução de velocidade junto à localidade de Regateira, porquanto é uma zona propícia a acidentes rodoviários devido à velocidade com que os automobilistas circulam nesta zona. Neste sentido, questionou se já foram tomadas diligências para que esta situação seja resolvida.-----

-----Um outro assunto que entende que seja objeto de divulgação, a par com outros que têm sido divulgados, é a aprovação do Orçamento para o ano de 2020, uma vez que pelo que pôde ler na imprensa muitos dos municípios do distrito de Coimbra procederam à sua divulgação.-----

-----Um outro assunto foi a presença de uma comitiva da CIM-RC, constituída por Presidentes de Municípios que integram esta Comunidade, na Feira de Turismo FESTURIS em Gramado (Brasil), onde foi apresentado os roteiros turísticos “Coimbra – Cidade e Região”. Referiu que, conforme leu na imprensa, estes roteiros são apoiados no potencial incalculável de recursos turísticos que

permitem deslocar, em grande parte, o fluxo turístico dos grandes centros urbanos para áreas circundantes com expressivo património histórico-étnico-cultural. Os roteiros apresentados têm capacidade de cativar o interesse dos turistas/visitantes para uma deslocação ao território, possibilitando a realização de circuitos pelos diversos concelhos e estimulando uma permanência mais prolongada na Região de Coimbra. Referiu ser um assunto bastante interessante por se consubstanciar numa forma de trazer ao nosso território turistas brasileiros, fluxo turístico verificado tanto em Lisboa, como no Porto, sendo esta intervenção da CIM-RC importante porquanto irá dar uma outra promoção ao concelho de Góis. Sendo nove roteiros turísticos questionou se o concelho de Góis foi também inserido nos mesmos e qual a forma como se irá proceder o seu desenvolvimento.-----

-----Terminou a sua intervenção, referindo que no piso em frente ao equipamento onde funcionou a empresa Irmãos Bandeira, na Rua Com. Bebiano Baeta Neves, é visível que parte deste se encontra danificado não sendo perceptível se se trata de uma tampa de saneamento ou se é mesmo abatimento do piso.-----

-----Interveio o senhor Vereador Mário Barata Garcia para dizer que esteve numa reunião relativa aos transportes públicos de passageiros em que se tentou analisar todos os constrangimentos que poderão vir a afetar a normalidade deste serviço no nosso concelho e região. Referiu que nessa reunião foi equacionada a possibilidade deste serviço se manter após o dia 03.12.19, desde que seja publicado em tempo oportuno um Decreto já aprovado em Conselho de Ministros e que se encontra para promulgar por parte do senhor Presidente da República. Esclareceu que com esse normativo legal será permitido às autoridades de transportes que gerem presentemente as concessões, possam prorrogar o prazo de validade dessas concessões até que o concurso promovido pelas novas autoridades de transportes entre em vigor. Resta, portanto, aguardar por essa publicação. -----

-----A senhora Presidente questionou o senhor Vereador se a não interrupção do transporte público de passageiros engloba toda a rede de transportes, na qual é

também incluída a rede de transportes escolares, entendendo pela explicação apresentada que a partir do dia 04.12.18 o serviço prestado será igual ao que se encontra em vigor.-----

-----O senhor Vereador Mário Barata Garcia referiu que efetivamente a prestação de serviços será mantida desde que sustentada pela fundamentação económico financeira e conta de exploração que a empresa TREMNO está a desenvolver e monitorizada pela CIM-RC e pela Equipa de Advogados, Sérvulo & Associados, que presta assessoria jurídica por forma a que este procedimento decorra com toda a transparência e legalidade. Referiu que, naturalmente, terão que existir alguns procedimentos de contratualização, embora possa ser por ajuste direto tendo em conta os valores envolvidos. Acrescentou, que tem sido dada as garantidas em que não iria existir algum incremento de custos, porquanto o montante a despendar será igual ao que se tem vindo a pagar. -----

-----No que concerne à listagem solicitada de obras particulares pelo senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues efetivamente a mesma já se encontra elaborada, pelo que apresentou as suas desculpas por esta não ter sido atempadamente entregue, sendo que irá ser facultada no final da reunião.-----

-----No que concerne à Assembleia Geral da APIN referiu que esta reunião contou com a presença de todos os municípios bem como da Equipa Técnica que se encontra na gestão deste processo para que o mesmo se inicie em janeiro de 2020. Referiu que perante a manifestação dos municípios em que a população seja informada sobre os serviços que irão ser geridos pela APIN irá ser realizado um flyer explicativo para que haja normalidade na prestação destes serviços. Referiu ter apresentado a questão sobre a quem se deve dirigir o munícipe para questionar sobre o serviço prestado, tendo obtido como resposta que a prestação dessa informação será realizada no balcão dos CTT. Referiu que quanto à questão da taxa de saneamento a mesma será aplicada a todos os consumidores, quer tenham ou não saneamento, havendo a exceção de todos os munícipes que pretendam prescindir desse serviço devem apresentar requerimento para o efeito. Contudo, também não irão ter a possibilidade de quando necessitar que a fossa

da sua habitação seja limpa este serviço seja gratuito, efetivamente terão de proceder ao seu pagamento. -----

-----Dada a palavra, o senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio referiu não concordar que a prestação de informação sobre os serviços de água, saneamento e resíduos sólidos seja no balcão dos CTT. Referiu que a sua posição se consubstancia no facto da existência de trabalhadores da Câmara Municipal que prestam esse mesmo serviço, havendo a oportunidade de os mesmos prestarem as suas funções na APIN. Entende que tendo todos os Municípios que constituem a APIN funcionários nesta área, pelo que se mantendo estes ao serviço da Câmara Municipal devem os mesmos serem sensibilizados para prestação dessas funções. Ainda sobre este processo, salientou que deve ser o Município o elo de ligação entre o serviço que é prestado e o munícipe, não fazendo sentido que este seja prestado pelos CTT. Acrescentou, que acredita que não seja objetivo da empresa intermunicipal a prestação de informação aos consumidores, pelo que deveria esse serviço ser prestado por um trabalhador do município. Neste sentido, entende que as presidências das Câmaras Municipais deveriam fazer pressão para que este serviço seja prestado dentro da autarquia por ser naturalmente o elo de ligação com os munícipes. -----

-----O senhor Vereador Mário Barata Garcia referiu que a questão apresentada pelo senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio também foi debatida em sede de reunião indo as justificações ao encontro da fundamentação apresentada pelo senhor Vereador.-----

-----Dada a palavra, o senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues referiu não corroborar que o serviço informativo que é prestado aos munícipes seja futuramente prestado pelos CTT, deixando os trabalhadores que até então o prestaram sem qualquer tipo de atividade nesta área. Entende que as Câmaras Municipais devem determinar que o serviço informativo seja prestado pela autarquia, devendo o assunto ser do conhecimento dos trabalhadores para que possam decidir sobre a transição para a empresa. Referiu que efetivamente deve ser dada a oportunidade aos Municípios de decidirem qual o procedimento que

entendem ser melhor para a sua comunidade, sendo sua posição que, no caso de Góis, deve o serviço ser prestado pela Câmara Municipal por ter funcionários que reúnem condições para esse efeito e que também podem naturalmente ser formados para prestação dessa informação.-----

-----O senhor Vereador Mário Barata Garcia referiu que maioritariamente os Municípios entendem que o serviço deverá ser prestado pelas Autarquias, contudo a Equipa Técnica surpreendeu-se pela resistência dos trabalhadores em transferirem-se para a APIN, realçando que a prestação do serviço em causa pelos CTT é uma hipótese que está em cima da mesa para não inviabilizar o serviço.-----

-----No que concerne ao ponto de situação da revisão do PDM referiu que foi rececionada a “carta do ruído” documento em falta neste processo. Referiu que se encontra agendada reunião para o dia 25.11.19, na DRAPC, a qual contará com a presença da consultora Síntese, empresa responsável pela revisão do PDM, sendo objeto desta a discussão das exclusões da RAN apresentadas pela Câmara Municipal, tendo para o efeito apresentado a situação que irá ser exposta. Quanto ao mapa das exclusões da REN referiu que se encontra em apreciação pela CCDRC. -----

-----A senhora Presidente referiu que 2021 é o ano limite para conclusão da revisão do PDM, sendo um facto a existência de fatores exógenos à Câmara Municipal o que causa alguma morosidade ao processo, entendendo que deve existir empenho por parte de todos em se assumir que este é um documento muito importante para o concelho de Góis podendo a elaboração do mesmo ser excelente.-----

-----O senhor Vereador Mário Barata Garcia referiu que quando as exclusões da REN foram objeto de aprovação pelo Município será apreciada posteriormente em reunião com todas as entidades envolvidas neste processo. -----

-----Dada a palavra, o senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues referiu que aquando a reunião com Sintese, empresa responsável pela revisão do PDM, foi transmitido que apesar de alguns atrasos devido a alguns constrangimentos

que se verificaram no desenrolar do processo em meados do ano de 2020 este processo ficaria concluído.-----

-----A senhora Presidente referiu que se nos primeiros dois anos o processo foi muito moroso, não dependeu somente da Câmara Municipal, pelo que entende a impossibilidade de se encerrar o projeto no ano em curso, sendo que após a reunião de 25.11.19 ficaremos com a noção de quais são as etapas pelo qual o processo ainda irá passar no sentido de que se possa concluir.-----

-----Quanto às questões da senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz referiu que o senhor Secretário do GAV irá deslocar-se ao local para verificar as situações e relate quais são os trabalhos que se têm de efetuar para resolução das mesmas. Quanto à questão do funcionamento do parquímetro referiu que as taxas a aplicar se encontram no Regulamento Geral de Taxas e Outras Receitas Municipais o qual está em fase de discussão pública para que posteriormente seja presente ao Executivo e à Assembleia Municipal para deliberação no sentido de que se possa colocar em prática as taxas a aplicar no funcionamento do parquímetro. Quanto à questão do estacionamento referiu que irá agendar reunião com os proprietários das frações do imóvel para resolução da questão quanto ao espaço, nomeadamente no que concerne a este vir a ser do domínio público, bem como do acesso da parte da frente do edifício a pessoas com mobilidade condicionada.-----

-----O senhor Vereador Mário Barata Garcia referiu quanto ao edifício em causa foi solicitado ao senhor Dr. Hélder Pereira Antunes, conjuntamente com a senhora Chefe da DGUPA, para que tomassem alguns procedimentos de forma a que se possa constituir formalmente o condomínio por forma a resolver algumas situações.-----

-----A senhora Presidente referiu ser importante que seja facultada a Ata da reunião que realizou com os proprietários do imóvel para que esse trabalho seja o mais completo possível.-----

-----Dada a palavra, o senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio referiu que o que lhe pareceu ter sido pedido foi que fosse harmonizado o acesso

exterior parecendo-lhe que quanto ao acesso interior o proprietário estaria disposto a arcar com essa mesma despesa. Referiu que a legislação refere que o próprio nem tem que solicitar autorização, devendo apenas comunicar o que irá fazer uma vez que o acesso é obrigatório. Acrescentou que as pessoas com mobilidade condicionada têm o direito de se deslocar ao 1º andar do prédio, pelo que o proprietário apenas tem de tomar o procedimento da instalação e, posteriormente, as despesas são divididas proporcionalmente em função da utilização.-----

-----A senhora Presidente referiu que foi rececionado na Câmara Municipal um renovado pedido no qual se refere a um orçamento relativo ao equipamento que se pretende instalar. Referiu que os serviços da DGUPA podem analisar todo este assunto, realçando que a solução do edifício passará pela instalação de um elevador que sirva todo o edifício. Referiu que as suas palavras se consubstanciam no facto de que os edifícios da Câmara Municipal estão a ser apetrechados de sistema de alarme, pelo que a empresa a quem foi adjudicado este serviço somente instala alarme neste edifício se o mesmo tiver um só acesso. Pelo que esta será também uma oportunidade para que se desencadeie o processo para que este edifício seja requalificado. Referiu que no âmbito do projeto BUPI solicitou um agendamento de reunião à senhora Secretária de Estado da Justiça, Dr.^a Anabela Pedroso, sendo também sua intenção fazer alusão à acessibilidade dos serviços públicos que funcionam no referido edifício, tendo em conta que são da tutela do Ministério da Justiça.-----

-----Quanto ao Posto de Turismo referiu que o mesmo será brevemente instalado na capela do antigo hospital do edifício da Câmara Municipal, na Praça da República, porquanto o espaço se encontra remodelado, devendo ser colocada a respetiva placa de identificação, assim como em outros imóveis municipais, tendo sido dadas indicações ao serviço de Design para apresentação de proposta.-----

-----Quanto à questão do balcão de atendimento da APIN referiu que a primeira informação transmitida foi que o serviço iria funcionar na Câmara Municipal, porém agora a opção é que poderá funcionar nos CTT pelo que entende que esta

questão poderá ter a ver com o que vai sendo noticiado sobre o encerramento de alguns balcões em alguns municípios podendo com esta possibilidade reverter a situação do encerramento. -----

-----Face a alguns acontecimentos referiu que deve a Câmara Municipal tomar como iniciativa solicitar a assessoria de um escritório de advogados para que elabore um estudo de todo este processo. Quanto aos trabalhadores que desejarem transitar para a empresa referiu que o trabalho até então efetuado pelos mesmos deverá ser transmitido a outro trabalhador de forma a que não haja qualquer tipo de constrangimento. Referiu que se trata de um processo complicado, uma vez que para que as Câmaras Municipais possam estar na administração da empresa, existem procedimentos morosos nesta fase de arranque pelo que é natural a existência de trabalhadores na autarquia que assegurem a dinâmica da mesma.-----

-----Quanto ao balcão de atendimento efetivamente a Câmara Municipal defende que o mesmo deve funcionar na Autarquia devendo ser feita uma petição subscrita por todos, na qual devem ser solicitados esclarecimentos para que este assunto seja o mais clarificado possível.-----

-----Quanto à conta solidária deu a palavra à senhora Chefe da DAG para proceder ao ponto de situação da mesma.-----

-----Dada a palavra, a senhora Chefe da DAG, Dr.^a Sara Mendes, referiu que o Regulamento Municipal de Atribuição de Donativos Financeiros – Conta Solidária encontra-se em vigor não tendo até à data sido disponibilizado qualquer montante.-----

-----Dada a palavra, a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz questionou se não foi requerido qualquer apoio no âmbito deste Regulamento.---

-----Dada a palavra, a senhora Chefe da DAG, referiu que não tem conhecimento de qualquer pedido de apoio para enquadramento no Regulamento em causa. Salientou que aquando da elaboração do Regulamento e mais proximamente aquando da entrega aos particulares das habitações permanentes, foi equacionado utilizar estes meios financeiros para apetrechar estas habitações,

como complemento ao financiamento obtido junto da CCDRC (por exemplo, para mobiliário e eletrodomésticos, uma vez que o financiamento concedido para este fim era de apenas 2.000 € e ainda para utensílios e outros bens de uso doméstico). Neste sentido, referiu que falou com a Arq.^a Marina Pais, no sentido de se fazer um eventual levantamento da existência de pessoas que necessitariam de bens para apetrechamento das suas habitações, mas que não recebeu retorno se esse trabalho foi feito.-----

-----A senhora Presidente continuou referindo que não acompanhou a comitiva da CIM-RC à FESTURIS no Brasil por não reunir condições para se ausentar da Câmara Municipal devido ao volume de trabalho. Realçou que o projeto que esteve na génese desta deslocação engloba os 19 Municípios, sendo que na reunião da CIM-RC, no próximo dia 15.11.19, irá ser prestada informação sobre a citada deslocação e o que é que a partir desta data podemos desencadear quer ao nível do investimento, quer ao nível da divulgação da região. -----

-----Dada a palavra, o senhor Vereador Mário Barata Garcia referiu que quanto à questão da Rede de Expressos proceder a paragem na Portela do Torgal a Técnica Luciana Dias procedeu a contacto junto da empresa de transportes para obter qualquer explicação.-----

-----Quanto aos redutores de velocidade a senhora Presidente referiu que autorizou e assinou uma requisição para aquisição deste equipamento tanto para a zona do Barreiro como da Regateira não tendo conhecimento se este já se encontra na posse da Câmara Municipal, bem como se já foram tomados os procedimentos relativos à sua colocação.-----

-----Quanto à divulgação da aprovação do Orçamento do ano de 2020, referiu que a par com outras notas de imprensa também deu indicações para que se procedesse à sua divulgação.-----

-----Quanto à sinalética em falta EN2 referiu que na sequência da reunião com o senhor Secretário de Estado sobre o ponto de situação dos incêndios de outubro do ano de 2017, concluiu-se que existe um baixo nível de execução em todos os concelhos perante o prazo estabelecido para conclusão de todos os processos,

dia 30.11.19, pelo que foi dada a possibilidade de se efetuar uma reprogramação dos trabalhos em falta. Referiu que a empresa a quem foram adjudicados os trabalhos na EN2 informou que irá cumprir com a data estabelecida, realçando que os trabalhos ainda não foram iniciados pelo facto de não estarem reunidas condições atmosféricas para esse mesmo efeito. Referiu a existência de outras situações que poderiam entrar nesta reprogramação, contudo devido à indisponibilidade das empresas consultadas para efetuarem os trabalhos em causa até ao dia 30.11.19, os mesmos não foram inseridos nesta reprogramação.-

-----Quanto à colocação das guardas de segurança por parte da empresa a quem foi adjudicada a empreitada referiu que a mesma não tem o material necessário para que efetue os trabalhos por indisponibilidade do mesmo no mercado. Referiu que a empresa adjudicatária não está em incumprimento porquanto ainda está dentro do prazo estabelecido. Referiu ainda que, na citada reunião, foi colocada a questão relativa aos timings para abertura e conclusão das empreitadas quando os incêndios foram em outubro do ano de 2017 e o Aviso para abertura e apresentação de candidaturas abriu em fevereiro de 2019, tendo sido apenas dado um período de seis meses, quando o Aviso demorou cerca de 18 meses a ser publicado. -----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

2 – PÚBLICO: Não houve.-----

3 – ORDEM DO DIA:-----

3.1 – PALAVRA RENOVADA – ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL/RENOVAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO – A Câmara tomou conhecimento da renovação do Contrato de Comodato celebrado entre o Município de Góis e a Palavra Renovada – Associação Recreativa e Cultural, com sede em Monteiro, freguesia de Vila Nova do Ceira, fazendo votos para que a Associação continue a dinamizar atividades em prol da comunidade onde se encontra instalada e, conseqüentemente, da freguesia e do concelho.-----

3.2 – APIN/ACORDO DE CEDÊNCIA DE INTERESSE PÚBLICO – A senhora Presidente referiu que o documento foi presente ao Executivo para que tenham

conhecimento do mesmo, tendo o mesmo sido presente à senhora Chefe da DAG para que também se pronunciasse sobre o seu teor.-----

-----No que concerne aos trabalhadores a quem foi apresentada a proposta de transitarem para a APIN referiu que cada um teve direito a uma entrevista com os Técnicos da empresa tendo as mesmas sido acompanhadas pelo senhor Secretário do GAP, Dr. Victor Duarte, e, pelo senhor Nuno Lopes, Secretário do GAV. Referiu que no âmbito das entrevistas existem dois trabalhadores que manifestaram interesse em transitarem para a empresa. -----

-----Interveio o senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio referindo que da análise realizada ao documento apraz-lhe mencionar que este foi elaborado por pessoas com formação e conhecimento da legislação para o efeito. Contudo, referiu a existência de algumas questões que lhe suscitam algumas dúvidas, nomeadamente o documento refere que a APIN “*é uma sociedade comercial anónima, do sector empresarial local de natureza intermunicipal*”, ou seja, se é uma sociedade comercial o seu fim é o de ter lucro. Referiu a existência de um conjunto de itens que incidem sob o seu objeto social, a qualidade da empresa, o tipo de contratos que podem ser feitos, sendo que no caso em apreço é o acordo de cedência de interesse público quando o trabalhador do órgão ao serviço exerça funções nas empresas locais nos termos da Lei nº 35/2014, de 20 de julho. Referiu que neste acordo o trabalhador compromete-se a desenvolver a atividade na APIN sem prejuízo do vínculo ao segundo outorgante, o Município. Referiu que o poder disciplinar compete à APIN, exceto quando estiverem em causa a aplicação de penas disciplinares suspensivas ou expulsivas, cabendo estas à Câmara Municipal. Referiu que durante a vigência do acordo o trabalhador usufrui de alguns direitos como a contagem na categoria de origem do tempo prestado em regime de cedência; optar pela manutenção de regime de proteção social de origem; manutenção do local e do horário de trabalho do serviço de origem; a avaliação de desempenho nos termos previstos na Lei nº66-B/2007, de 28 de dezembro (SIADAP). Referiu que quanto ao SIADAP este sistema tem características próprias na administração pública referindo que este é aplicado

tanto na administração central, como na administração autárquica, não se aplicando às entidades públicas empresariais. Pelo que se o trabalhador celebrar um acordo de cedência apraz-lhe questionar quem será o seu avaliador, salientando que deve ser alguém que trabalhe com este diretamente, ou seja, alguém que terá vínculo na APIN podendo o mesmo não ser da mesma natureza que o do trabalhador. Referiu que o avaliador está também sujeito às regras do SIADAP, porque o sistema é feito em cascata, ou seja, existem um conjunto de objetivos definidos centralmente os quais são distribuídos em cascata até chegar ao trabalhador. Pelo que questionou como é que o trabalhador continua a ser avaliado pelo avaliador. Um outro direito do trabalhador é as dispensas de serviço e tolerância de pontos concedidas pela Câmara Municipal, designadamente o gozo do dia do feriado municipal, ou seja, qualquer tolerância de ponto despachada por um Presidente de Câmara Municipal aplica-se somente aos trabalhadores dessa Câmara Municipal que exercem funções na APIN que poderá efetivamente não o poder gozar porquanto a entidade poderá ter interesses diferentes. Em termos de regalias referiu que os trabalhadores têm as decorrentes do estatuto do trabalhador em funções públicas, bem como todas que venham a ser determinadas. Referiu ainda, que a alínea c) da cláusula 4ª refere que “*à manutenção do local e do horário de trabalho no serviço de origem*”, sendo que o nº4 dessa mesma cláusula refere que o “*Terceiro outorgante exercerá funções no polo/centro operacional correspondente ao município de origem podendo sempre que lhe for solicitado pelo Primeiro Outorgante (...) ter de se deslocar a outros polos/centros operacionais (...)*” salientando ser esta cláusula do conhecimento dos trabalhadores. Referiu que se fosse trabalhador questionava se iria ser avaliado pelo SIADAP, porém iria exercer funções numa entidade externa pelo que dúvidas se suscitariam pela a forma como iria ser avaliado, não podendo o avaliador ser uma pessoa que não conhece o desenvolvimento da sua atividade diária. Contudo, se a questão do SIADAP foi colocada no documento é porque foram tomados os procedimentos para que a mesma possa ser aplicável, salientando ser a questão que apontou uma dúvida pertinente, porquanto o

SIADAP tem influência na promoção da carreira sendo que as pessoas têm de estar seguras daquilo a que estão sujeitas. Referiu entender que os trabalhadores que exercem o serviço de cobrança e informação se tiverem a garantia que podem continuar a exercer funções nos Paços do Concelho parece-lhe que não haverá necessidade de deslocação e de manter o serviço na Câmara Municipal, porquanto é uma posição comum ao Executivo. -----

-----Interveio a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz referindo que na questão do gozo do feriado municipal do Município correspondente poderá efetivamente o trabalhador gozá-lo, tendo para o efeito apresentado uma situação semelhante. Quanto à questão do SIADAP referiu que naturalmente os trabalhadores terão que ser avaliados porquanto têm uma relação jurídica de emprego público, porém importa esclarecer quem é o responsável pela sua avaliação.-----

-----A senhora Presidente referiu que da análise efetuada pela senhora Chefe da DAG foi-lhe transmitido que a questão que lhe suscitou algumas dúvidas foi também em termos da avaliação do SIADAP.-----

-----Interveio o senhor Vereador Mário Barata Garcia referindo que da análise efetuada não se debruçou muito no que concerne à questão do SIADAP, referindo que do conhecimento que tem sobre as entrevistas realizadas é que os trabalhadores desejavam que houvesse algum incremento salarial, o que após conhecimento dos vencimento que iriam auferir levou-os a decidirem, maioritariamente manter-se ao serviço da Câmara Municipal. -----

-----Interveio o senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues questionando se a Câmara Municipal tem ao serviço trabalhadores contratados ao abrigo do Código do Trabalho.-----

-----Sobre a questão do senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues a senhora Presidente informou da inexistência de trabalhadores contratados ao abrigo do Código do Trabalho. Referiu que o presente Acordo de Cedência de Interesse Público é idêntico ao celebrado com a Transdev sendo que nesta empresa a remuneração é diferente. Em termos do SIADAP referiu que os

trabalhadores que exercem funções na Transdev são avaliados pela Câmara Municipal. Ainda sobre o clausulado patente no documento entende que este carece de um outro tipo de esclarecimento, pelo que irá propor o agendamento de reunião ao senhor Presidente do Conselho de Administração para elucidação de algumas questões, entendendo que deve estar presente na mesma a Equipa Técnica e a empresa que presta assessoria jurídica. -----

-----Interveio o senhor Vereador Mário Barata Garcia referindo que vale a pena ser feita uma análise àquilo que motivou a adesão do Município de Góis à APIN e, se de facto, essa motivação se mantém.-----

-----A senhora Presidente referiu que com a transferência dos serviços para a APIN terão os trabalhadores que não desejem transitar para a empresa serem reafectados a outros serviços.-----

-----Estando presente na reunião a senhora Chefe da DAG, a senhora Presidente questionou da análise que efetuou o que é que entendeu que poderá ser mais constrangedor, nomeadamente na questão do SIADAP, uma vez que na discussão do assunto foi um tema que levantou algumas dúvidas.-----

-----Dada a palavra, a senhora Chefe da DAG referiu que da análise efetuada ao acordo de cedência de interesse público a celebrar entre a APIN, o Município e cada um dos trabalhadores interessados, designadamente no que respeita aos direitos dos trabalhadores, o mesmo salvaguarda na generalidade todos os interesses dos mesmos, e que, o que lhe suscitou dúvidas foi sem dúvida a questão relacionada com o SIADAP. Referiu que o documento prevê que a avaliação destes trabalhadores seja efetuada nos termos previstos da legislação de avaliação de desempenho aplicável aos trabalhadores da Administração Pública (Lei nº66-B/2007, de 28 de dezembro), e que os mesmos beneficiarão de quaisquer prémios de desempenho que resultem das avaliações realizadas. No entanto, não compreende como tal situação se vai fazer repercutir no Município. Referiu, que da análise que já teve oportunidade de fazer à figura da cedência de interesse público, o que se passa em termos de SIADAP, é que o trabalhador não cumpre um dos requisitos essenciais para ser avaliado pelo Município, porquanto

não está em serviço efetivo pelo que não pode ser avaliado. Nesta situação, e dado que não pode ser prejudicado na carreira de origem, relevará a última avaliação de desempenho obtida (“arrastamento da avaliação”) ou, na sua falta, ou discordância por parte do trabalhador, pode ser requerida a ponderação curricular. Referiu que neste pressuposto, não poderá ser atribuído qualquer prémio de desempenho por parte do Município, porquanto o mesmo apenas pode ser atribuído aos trabalhadores que tiveram uma avaliação de desempenho pela forma normal (atribuição de objetivos e/ou competências). Mais referiu que aquando da primeira reunião realizada na Biblioteca Municipal entre a APIN e os trabalhadores do Município, colocou esta questão, tendo-lhe sido transmitido que a situação do SIADAP iria funcionar nos mesmos moldes da avaliação de desempenho do pessoal não docente que está afeto aos agrupamentos de escolas. Contudo, referiu a existência de uma portaria específica para avaliação desse pessoal, a acrescer que esses trabalhadores estão ao serviço efetivo do Município, apenas estão sob direção de uma chefia que não pertence à Autarquia, sendo que no caso da APIN não consegue fazer esse mesmo enquadramento, nem conhece a existência de legislação que o permita. Por fim, referiu não ter tido tempo suficiente para clarificar esta situação, porquanto apenas no dia anterior teve acesso ao documento, mas que julga que importa obter os devidos esclarecimentos junto da APIN.-----

-----A senhora Presidente referiu que efetivamente os esclarecimentos sobre esta questão passam pelo agendamento de uma reunião com a empresa de forma a que este assunto seja devidamente clarificado.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.3 – OBRAS PARTICULARES/JOSÉ CARLOS NEVES BARATA – Foi presente a informação da DGUPA, datada de 03.10.19, relativa a construção de habitação, requerida por José Carlos Neves Barata, Oliveirinhas, freguesia de Vila Nova do Ceira.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e, de acordo a informação técnica supra

mencionada, deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de alterações.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.4 – OBRAS PARTICULARES/FERROS JOSÉ ANTUNES UNIPESSOAL, LDA

– Foi presente a informação da DGUPA, datada de 17.10.19, relativa a construção de um muro de vedação, no lote nº 11, no loteamento industrial das Cortes, requerida por Ferros José Antunes Unipessoal, Lda, Maria da Paz de Cima, freguesia de Alvares.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e, de acordo a informação técnica supra mencionada, deliberou, por unanimidade, aprovar o processo de obras.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.5 – OBRAS PARTICULARES/ADELINO MATIAS DA FONSECA –

Foi presente a informação da DGUPA, datada de 05.11.19, relativa a construção de garagem e churrasqueira de apoio a habitação, requerida por Adelino Matias da Fonseca, Cortes, freguesia de Alvares.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e, de acordo a informação técnica supra mencionada, deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de especialidades.---

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.6 – OBRAS PARTICULARES/DULCE MARGARIDA SANTOS –

Foi presente a informação da DGUPA, datada de 06.11.19, relativa a ampliação de habitação unifamiliar, requerida por Dulce Margarida Santos, Estrada da Monteiro, freguesia de Vila Nova do Ceira.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e, de acordo a informação técnica supra mencionada, deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de especialidades.---

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.7 – DÍVIDAS DE TERCEIROS/PAGAMENTO A PRESTAÇÕES/PROPOSTA –

Foi presente a informação nº 7919 da DAG, datada de 05.11.19, relativa à proposta de pagamento em prestações de dívidas de terceiros ao Município de Góis, na qual o requerente solicita autorização para proceder ao pagamento em prestações da dívida de ATL e refeições relativas aos seus educandos.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de pedido de pagamento a prestações de dívidas de terceiros.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.8 – 15ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO/ANO 2019 – Em conformidade com o disposto na alínea d), do n.º 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterada pelas Leis nos. 25/2015, de 30 de março, e 69/2015, de 16 julho, e 7-A/2016, de 30 de março e 42/2016, de 28 de dezembro e 50/2018, de 16 de agosto, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a 15ª alteração ao Orçamento Municipal para o Ano de 2019, que importa, na parte da despesa, em 21.800,00€ (vinte e um mil e oitocentos euros), tanto nos reforços, como nas anulações, cuja cópia constitui o Anexo I da presente Ata.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

3.9 – 16ª ALTERAÇÃO ÀS GOP/ANO 2019 – Em conformidade com o disposto na alínea d), do n.º 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterada pelas Leis n.ºs. 25/2015, de 30 de março, e 69/2015, de 16 julho, e 7-A/2016, de 30 de março e 42/2016, de 28 de dezembro e 50/2018, de 16 de agosto, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a 16ª alteração às Grandes Opções do Plano para o Ano de 2019, que importa em 3.800,00€ (três mil e oitocentos euros), nos reforços, cuja cópia constitui o Anexo II da presente Ata.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

3.10 – PARQUE MUNICIPAL/REVISÃO DE PREÇOS – A senhora Presidente referiu que o assunto vem novamente ao Executivo porquanto aquando da deliberação em 29.10.19 não haviam sido cumpridos por parte dos Serviços os necessários e obrigatórios procedimentos junto da Divisão de Administração e Gestão relacionados com esta despesa (montante de 24.838,14€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor). Face ao exposto, a senhora Presidente propôs que o Executivo anule a deliberação tomada em 29.10.19, bem como tome nova deliberação relativa à revisão de preços.-----

-----A senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz referiu que os Vereadores eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis irão votar a favor da anulação da deliberação tomada em 29.10.19. Porém, o sentido de voto relativo à revisão de preços será contra por não estarem suficientemente esclarecidos sobre o valor em causa.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a anulação da deliberação do Executivo de 29.10.19.-----

-----Mais deliberou, por maioria, com três votos a favor e dois contra, dos senhores Vereadores eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis, aprovar a revisão de preços, no valor de 24.838,14€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

3.11 – MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – A senhora Presidente levou ao conhecimento do Executivo, o documento interno de transferências correntes, datado do dia sete de novembro do ano em curso, cujo documento constitui o Anexo III da presente Ata.-----

3.11.1 – Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Góis – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência corrente no montante de cinco mil euros, cuja finalidade é apoio ao funcionamento da Equipa de Intervenção Permanente (EIP) ao abrigo do Protocolo tripartido celebrado entre o Município, a Associação e a Autoridade Nacional de Proteção Civil (novembro de 2019).-----

3.11.2 – Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra - A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência corrente no montante de cinco mil e cinquenta euros, cuja finalidade é o apoio ao funcionamento de projetos diversos e apoio nas parcerias (Ex: programa de medidas de emprego).-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

3.12 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA – A Câmara tomou conhecimento do total de movimentos da tesouraria do dia onze de novembro do ano em curso, no

montante oitocentos e sessenta e um mil, seiscentos e três euros e quarenta e nove cêntimos.-----

4 – APROVAÇÕES EM MINUTA: OBRAS PARTICULARES/JOSÉ CARLOS NEVES BARATA; OBRAS PARTICULARES/FERROS JOSÉ ANTUNES UNIPESSOAL, LDA; OBRAS PARTICULARES/ADELINO S FONSECA; OBRAS PARTICULARES/DULCE MARGARIDA SANTOS; DÍVIDAS DE TERCEIROS/PAGAMENTO A PRESTAÇÕES/PROPOSTA; 15ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO/ANO 2019; 16ª ALTERAÇÃO ÀS GOP/ANO 2019; PARQUE MUNICIPAL/REVISÃO DE PREÇOS; MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES.-----

-----E, não havendo outros assuntos a tratar, a senhora Presidente declarou encerrada a reunião, pelas doze horas e cinquenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, sob a responsabilidade da Secretária.-----

A Presidente da Câmara Municipal,

A Secretária,
